Anexo II

Vencimentos do pessoal civil do Colégio Militar de nomeação vitalícia e contratado

Designação	Grupos segundo o artigo 12.º do decreto n.º 26:115	Vencimento mensal
Professor efectivo do ensino liceal com 2 diurnidades	H	2.250\$00
Idem com 1 diurnidade	J	1.800\$00
Idem sem diurnidade	K	1.600\$00
Professor de música e canto coral (a)	—	—\$—
Professor de educação moral e cívica (a) e (b)	—	—\$—
Professor de organização política e administrativa (a)	—	—\$—
Professor de prática de línguas estrangeiras (c)	—	—\$—
Conservador preparador de física	R	800\$00
Conservador preparador de química	R	800\$00
Conservador preparador de ciências naturais	R	800\$00
Mestre de trabalhos manuais	S	700\$00
Escriturário de 1.ª classe	S	700\$00
Escriturário de 2.ª classe	U	600\$00
Auxiliar de laboratório	V	550\$00
Electricista (d)	V	550\$00
Porteiro	V	550\$00
Guarda	X	500\$00

(a) Vencimento ou gratificação, nos termos da lei geral.

(b) Quando desempenhar simultaneamente as funções do capelão do Colégio perceberá por esse facto gratificação especial.

(c) Vencimento a fixar por despacho do Ministro da Guerra, com o acôrdo do Ministro das Finanças, conforme o contrato.

(d) Podem os respectivos serviços ser encomendados a uma casa da especialidade quando por qualquer motivo vagar o cargo.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Decreto n.º 34:094

Considerando que foram adjudicados a Lourenço, Simões & Reis, Limitada, os trabalhos interiores no primeiro pavimento do Palácio Foz;

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de cento e oitenta dias, que abrange parte do ano económico de 1944 e o de 1945;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do decreto-lei n.º 27:563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com Lourenço, Simões & Reis, Limitada, para a execução dos trabalhos interiores no primeiro pavimento do Palácio Foz, pela quantia de 446.500\$.

Art. 2.º Seja qual fôr o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despendar com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude de contrato, mais de 260.000\$ no corrente ano e de 186.500\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1945.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 8 de Novembro de 1944. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — Augusto Cancela de Abreu.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, por seu despacho de 30 de Outubro próximo passado, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência da quantia de 8.500\$ da alínea a) para a alínea e) do n.º 3) do artigo 17.º, do capítulo 2.º, do orçamento d'este Ministério em vigor no corrente ano económico.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 2 de Novembro de 1944.— O Chefe da Repartição, Manuel Miranda.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 10:765

Para a campanha do azeite que agora se inicia mantém-se o regime presentemente em vigor, com excepção de certas modificações que a experiência aconselha, especialmente no sentido da simplificação pela eliminação de formalidades.

Ter-se-ia preferido substituir o sistema da requisição pelo da venda livre, embora dentro dos preços fixados, mas, conforme recentemente se esclareceu, o que se passou nos primeiros meses da última campanha, em que os produtores tinham o direito de vender livremente a colheita, faz com que não se possa pensar em deixar de requisitar o azeite, se se quiser assegurar um abastecimento regular.

Em todo o caso, com o objectivo de defender o princípio e de se respeitarem as relações de há muito estabelecidas entre produtores e comerciantes, admite-se que a requisição só se efectue depois de decorridos trinta dias sobre o último dia de trabalho efectivo do lagar, dando-se dentro d'este prazo o direito aos produtores de vender o seu azeite aos comerciantes que preferirem e a estes o de escolherem o produto que estão habituados a transaccionar.

Quanto aos preços, entende-se justo rever os que se encontram fixados à lavoura, e isto tendo em atenção a violência da contra-safra.

Se a contra-safra fôsse normal, nem os salários nem o custo do material oleícola justificariam uma revisão, uma vez que, em condições normais, o preço do azeite actualmente fixado permitiria sofrer as oscilações que em algumas regiões se verificaram.

Tampouco, e ainda no caso de uma contra-safra normal, seria de aumentar o preço do azeite com fundamento na queda da produção, e isto porque a mesma é uma contingência previsível da lavoura e com a qual há que contar no decorrer dos anos. E se num ano, por fôrça da queda da produção, a lavoura verá diminuídos os seus rendimentos, no anterior ou o seguinte tê-los-á excedidos por virtude da abundância da colheita. Será a consequência natural da irregularidade da produção do azeite, em que a um ano de larga colheita outro mau em regra se segue, sendo a inversa igualmente verdadeira.

Mas a verdade é que êste ano a contra-safra é excepcional, de onde resulta a necessidade de atender um pouco e na medida do possível à situação em que a mesma coloca a lavoura.

Não se pode esquecer, porém, que há que defender o custo da vida, em época de sacrifícios que por todos devem ser distribuídos. Por isso somente se fixa em 1\$ o aumento a dar ao produtor, o que implica uma elevação no preço de venda ao público.

Modificam-se ainda as variações do preço de compra ao produtor do azeite com menos de 1 grau, em ordem a dar um maior incentivo à lavoura para a produção de qualidades mais finas, e sem que esse facto tenha qualquer reflexo no preço de venda ao público.

A produção futura prevê-se em um têtço da anterior, o que quer dizer que, não obstante a reserva que evidentemente se mandou constituir, haverá que limitar ainda mais o consumo. As outras fontes se terão de ir buscar as gorduras indispensáveis à alimentação, em substituição das que não puderem ser dadas pelo azeite.

As dificuldades provenientes da guerra, e que tanto se têm reflectido nos transportes e nas importações, há que acrescentar as que nos têm sido trazidas pelos maus anos agrícolas. Ao mau ano de trigo, de feijão, de arroz, para só falar nos produtos que mais directamente interessam à alimentação humana, segue-se o de azeite, igualmente influenciado pelas más condições climáticas, não obstante, pelas razões indicadas, ser de contar com uma colheita mais fraca. E do facto há que ter verdadeira consciência sempre que se queira encontrar a razão de ser das dificuldades que cada um sente na satisfação das necessidades normais.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, o seguinte:

1.º Independentemente do registo do trabalho diário a que se refere o decreto n.º 31:445, de 4 de Agosto de 1941, os proprietários ou donos da exploração de lagares de azeite são obrigados:

a) Relativamente aos lagares que trabalham por conta alheia, a enviar à delegação distrital da Junta Nacional do Azeite, ou à sede d'este organismo quanto aos lagares situados no distrito de Lisboa, um duplicado da cédula de fabrico, de modelo fornecido por aquele organismo, com nota das partidas de azeite entregues a cada produtor durante a semana e com as fabricadas de conta própria e recolhidas das maquinas;

b) Tratando-se de lagares que laboram apenas azeitona da casa agrícola do proprietário, ou adquirida, indicar-se-ão nas cédulas as quantidades fabricadas durante o mesmo período de tempo, extraídas do registo do trabalho diário;

c) A remessa das referidas cédulas será feita na segunda-feira da semana seguinte àquela a que respeitam as entregas, o fabrico e as maquinas.

2.º O azeite produzido, deduzidas as quantidades necessárias para consumo próprio e das casas agrícolas, calculadas de harmonia e em obediência às regras de racionamento estabelecidas pela Intendência Geral dos Abastecimentos, considera-se disponível para consumo público e como tal será obrigatoriamente objecto de transacção segundo as regras a fixar nesta portaria:

a) As quantidades disponíveis até 200 litros serão obrigatoriamente transaccionadas nos lagares, antes do seu encerramento, e pelo não cumprimento do que se dispõe é solidariamente responsável o produtor do azeite e o dono do lagar onde tenha sido fabricado;

b) Os produtores com mais de 200 litros disponíveis para consumo público deverão transaccionar o seu azeite até trinta dias depois do último dia de trabalho efectivo do lagar onde tenha sido fabricado;

c) Findo este prazo, o azeite considera-se requisitado pela Junta Nacional do Azeite, nos termos do decreto-lei n.º 31:564, de 10 de Outubro de 1941, e portanto

sujeita a sua entrega a um armazenista da escolha da Junta.

3.º Os únicos compradores de azeite são os comerciantes inscritos no Grémio dos Armazenistas e Exportadores de Azeite, os retalhistas, nos meios em que não haja armazenistas e só para abastecimento local, e os refinadores inscritos na Junta Nacional do Azeite, nos termos seguintes:

a) Quando se trate de azeite adquirido por armazenistas ou retalhistas, são estes obrigados a enviar à delegação distrital da Junta Nacional do Azeite ou a este organismo, se a compra fôr efectuada no distrito de Lisboa, uma nota com a indicação do nome do produtor, quantidade adquirida, gradação e local de armazenagem;

b) Se a aquisição fôr efectuada pelos refinadores, a nota referida na alínea anterior será enviada, por intermédio da delegação distrital onde a compra fôr efectuada, à sede da Junta Nacional do Azeite;

c) No caso de o azeite ser destinado a exportação, observar-se-á, na parte applicável, a regra estabelecida na alínea anterior, limitando-se as autorizações de compra às possibilidades da exportação;

d) Nas povoações onde não haja retalhistas pode o azeite ser fornecido directamente pelo produtor local aos consumidores, carecendo para isso de uma autorização da comissão reguladora do comércio local, visada pela delegação da Intendência Geral dos Abastecimentos, com obrigatoriedade de quinzenalmente enviar à delegação distrital da Junta Nacional do Azeite nota das quantidades vendidas.

4.º O azeite adquirido pelos refinadores poderá ser destinado ao consumo público se as circunstâncias assim o exigirem, só podendo ser refinadas as quantidades previamente autorizadas pela Junta Nacional do Azeite.

5.º A Junta Nacional do Azeite, por intermédio das suas delegações, organizará e terá permanentemente em dia o registo do movimento do azeite, com base nas cédulas de fabrico e nas notas de compra.

6.º O consumo do azeite será regulado pela Intendência Geral dos Abastecimentos, consoante as disponibilidades, atribuindo-se a cada concelho o respectivo contingente mensal. Para este efeito, os produtores e os possuidores de azeite são obrigados a declarar até 30 de Novembro corrente, perante as comissões reguladoras do comércio local e em impressos fornecidos pela Junta Nacional do Azeite, as quantidades que reservam para auto-abastecimento.

7.º A atribuição de azeite refinado às fábricas de conservas por conta do contingente que fôr fixado será comunicada pelo Instituto Português de Conservas de Peixe à Junta Nacional do Azeite, que promoverá o respectivo fornecimento.

8.º Os preços de azeite no produtor são os fixados na tabela n.º 1 anexa a esta portaria; os preços máximos de venda ao público na cidade de Lisboa são os que constam da tabela n.º 2; no resto do País serão os mesmos estabelecidos pela Intendência Geral dos Abastecimentos, tomando para base os elementos seguintes:

a) Preço fixado ao produtor;

b) Remuneração ilíquida para o intermediário, tendo em atenção o custo médio do transporte, despesas e lucro legítimo.

9.º Quando a compra e venda do azeite fôr efectuada entre armazenistas, a importância havida como lucro líquido será repartida entre ambos pela forma que fôr aprovada pela Junta Nacional do Azeite, sob proposta do Grémio.

10.º Mantém-se a obrigatoriedade da entrega do azeite requisitado ao abrigo das portarias n.ºs 10:527 e 10:690, nas condições de preços fixados na primeira destas portarias.

11.º A circulação do azeite continua sujeita ao regime de guias de trânsito, as quais serão emitidas pela Junta Nacional do Azeite ou pelas comissões reguladoras do comércio local, segundo as regras e modelo fixados pela Intendência Geral dos Abastecimentos.

12.º Para o transporte de azeite do lagar para o armazém do produtor, quando se realize dentro da área do respectivo concelho ou entre o concelho de produção e os limítrofes e não fôr utilizado transporte público, serve de guia de trânsito o talão da correspondente cédula de fabrico.

13.º As guias de trânsito serão passadas pela Intendência Geral dos Abastecimentos em todos os casos em que fôr julgado necessário.

14.º As infracções ao disposto nesta portaria serão punidas pela forma estabelecida nos decretos-leis n.ºs 29:904, de 7 de Setembro de 1939, 29:964, de 10 de Outubro de 1939, 31:564, de 10 de Outubro de 1941, 31:867, de 24 de Janeiro de 1942, 32:086, de 15 de Junho de 1942, e mais legislação aplicável, conforme ao caso couber.

15.º A Intendência Geral dos Abastecimentos e a Junta Nacional do Azeite expedirão as instruções necessárias à execução do disposto nos números anteriores; as dúvidas que se suscitarem serão resolvidas por despacho do Ministro da Economia.

Ministério da Economia, 8 de Novembro de 1944. — O Ministro da Economia, *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.

TABELA N.º 1

Preços de compra de azeite ao produtor

Tipos de azeite	Preço por litro
Extra (de 1 grau de acidez)	9\$60
Fino (de 2º,5 de acidez)	9\$00
Consumo (de 5 graus de acidez)	8\$25

Nota. — O produtor pode vender o azeite com qualquer grau de acidez, tendo em atenção que a variação de preço do azeite com menos de 1 grau é de \$05, de 1 grau a 2º,5 é de \$04 e de 2º,5 a 5 é de \$03.

TABELA N.º 2

Preços de venda pelos armazenistas e retalhistas na cidade de Lisboa

Tipos do azeite	Pelo armazenista ao retalhista	Pelo retalhista ao consumidor
Extra (de 1 grau de acidez)	10\$40	10\$90
Fino (de 2º,5 de acidez)	9\$80	10\$30
Consumo (de 5 graus de acidez)	9\$05	9\$55

Ministério da Economia, 8 de Novembro de 1944. — O Ministro da Economia, *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.